

Companhia Usina Tecpar

CNPJ/MF nº 03.669.906/0001-91

Relatório da administração

Prezados Acionistas,
Em complemento às demonstrações financeiras da Tecpar, referentes às atividades encerradas em 31 de dezembro de 2013, destacamos neste relatório os pontos mais relevantes ocorridos no exercício daquele ano.

PERFIL

A Tecpar é uma planta de demonstração industrial, localizada em Pindamonhangaba SP, onde se realizam atividades para validação técnica e econômica da

tecnologia Tecnored. A comprovação da tecnologia está associada ao alcance de índices de *performance*, relacionados à segurança, produtividade, custo e disponibilidade operacional.

RESUMO 2013

Em 2013, foram realizados testes na planta de demonstração industrial, que permitiram avançar os indicadores operacionais e econômicos da tecnologia. O processo demonstrou ser bastante seguro e ter robustez operacional com

perspectivas de atingimento de tais indicadores em escala industrial, com a vantagem de ter um custo de instalação bem menor, quando comparado aos processos convencionais.

PERSPECTIVAS 2014

A Usina Tecpar encontra-se, atualmente, dedicada à continuidade dos testes que permitirão a produção de ferro primário e ligas metálicas por períodos longos, com preparação da planta para alcançar o *break even point*.

Demonstração do resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	2013	2012	
Receita (Nota 16)	2.274	483	
Custo dos produtos vendidos (Nota 17)	(8.345)	(4.037)	
Prejuízo bruto	(6.071)	(3.554)	
Despesas			
Gerais e administrativas (Nota 17)	(38.646)	(48.121)	
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	518	(179)	
Prejuízo antes do resultado financeiro	(44.199)	(51.854)	
Despesas financeiras	(23)	(59)	
Receitas financeiras	16	3	
Variações cambiais líquidas	161	–	
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	154	(56)	
Prejuízo do exercício	(44.045)	(51.910)	
Ações em circulação ao final do exercício (em milhares)	112.214	112.214	
Prejuízo por ação do capital social – em R\$ por ação	(0,393)	(0,463)	
<i>As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras</i>			
Demonstração das mutações do patrimônio líquido (Passivo a Descoberto) (Em milhares de reais)			
	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Em 1 de janeiro de 2012	112.214	(37.354)	74.860
Prejuízo do exercício	–	(51.910)	(51.910)
Em 31 de dezembro de 2012	112.214	(89.264)	22.950
Prejuízo do exercício	–	(44.045)	(44.045)
Em 31 de dezembro de 2013	112.214	(133.309)	(21.095)
Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 não há componentes do resultado abrangente além do lucro líquido do exercício, motivo pelo qual não estão sendo apresentadas as demonstrações do resultado abrangente.			
<i>As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras</i>			

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades realizadas no ano de 2013 demonstraram evolução do desempenho do processo Tecnored para alcance dos índices de *performance*, que são fatores determinantes para os investimentos atuais e futuros.

São Paulo, Abril de 2014

A Administração

Demonstração dos fluxos de caixa Exercício findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)			
	2013	2012	
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício	(44.045)	(51.910)	
Ajustes por:			
Depreciação e amortização (Nota 7)	15.755	15.692	
Provisão (reversão) de provisão para contingências (Nota 14)	–	(210)	
Provisão (reversão) de ajuste ao valor realizável líquido dos estoques (Nota 5)	–	(3.563)	
Valor residual de ativo imobilizado baixado (Nota 7)	19	6	
(Aumento) redução de ativos			
Contas a receber de clientes	81	(87)	
Estoques (Nota 5)	5.676	(4.079)	
Adiantamentos a fornecedores	–	(27)	
Impostos a recuperar (Nota 6)	(678)	(1.807)	
Outros ativos	30	(194)	
Aumento (redução) de passivos			
Fornecedores (Nota 9)	–	(2.152)	
Obrigações tributárias (Nota 10)	–	(23)	
Salários e obrigações sociais (Nota 11)	–	(327)	
Partes relacionadas (Nota 12)	–	2.173	
Outros passivos	–	199	
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(29.265)	(36.055)	
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de bens para o imobilizado (Nota 7)	(8.341)	(6.093)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(8.341)	(6.093)	
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Adiantamentos para futuro aumento de capital (Nota 13)	36.776	43.165	
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	36.776	43.165	
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(830)	1.017	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 4)	1.031	14	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 4)	201	1.031	
<i>As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras</i>			

caso, PIS, COFINS e Imposto de renda retido na fonte, com outros tributos também administrados por essa autarquia. No que diz respeito aos créditos acumulados de ICMS, a administração iniciou o processo de identificação das atividades necessárias para utilização desses créditos nas suas operações ou de transferência desses créditos a terceiros. O período de realização desses créditos dependerá da aprovação das autoridades fazendárias e, com base no cronograma de implementação das ações, o crédito tributário foi classificado no ativo não circulante.

Balanco patrimonial		
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	201	1.031
Contas a receber de clientes	6	87
Estoques (Nota 5)	2.916	5.029
Adiantamentos a fornecedores	27	–
Outros ativos	332	362
	3.482	6.509
Não circulante		
Impostos a recuperar (Nota 6)	5.572	4.894
Imobilizado (Nota 7)	105.727	109.839
Diferido	9.963	13.284
	121.262	128.017
Total do ativo	124.744	134.526
<i>As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras</i>		

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional
A Companhia Usina Tecpar ("a Companhia" ou "Tecpar"), com sede em Pindamonhangaba, Estado de São Paulo, tem por objeto a construção e operação de usina de produção de ferro, de acordo com licença de tecnologia, patentes e demais direitos de propriedade intelectual relacionados com o processo de auto-redução de metais denominado "Tecnored", detido por sua controladora, bem como a comercialização do ferro produzido na usina. A Companhia é controlada integralmente pela Tecnored Desenvolvimento Tecnológico S.A. A Companhia encontra-se atualmente em fase inicial de operação, com dedicação ao aprimoramento da eficiência da usina piloto e dos testes de comprovação da tecnologia "Tecnored". Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia apresenta excesso de passivos sobre ativos circulantes, no montante de R\$ 5.109. A Tecnored Desenvolvimento Tecnológico S.A., sua controladora, por meio de seus acionistas, se responsabiliza pelos aportes de capital e investimentos necessários para manutenção das atividades operacionais de suas investidas, que inclui a Companhia, por meio de acordo de investimentos firmado em dezembro de 2009.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As práticas contábeis adotadas pela Companhia são consistentes com aquelas adotadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor. As demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas as quais as premissas e as estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão descritas na Nota 3. A emissão dessas demonstrações financeiras intermediárias foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 08 de abril de 2014.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação
Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia.

(b) Transações e saldos

Transações em moeda estrangeira são convertidas pela taxa de câmbio nas datas de cada transação. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de preparação das demonstrações financeiras são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

(a) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado
Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidos no resultado.

(b) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes e outros créditos.

(c) Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia possui passivos financeiros não derivativos os quais são: financiamentos e fornecedores. Os passivos financeiros são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período em que os passivos estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Os passivos financeiros são classificados como passivo circulante, a menos que Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data das demonstrações financeiras.

(d) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, haja o direito legal de compensar os valores e a Companhia tenha intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(e) Impairment de ativos financeiros

Os ativos financeiros são avaliados ao final de cada período quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências objetivas de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo de caixa futuro estimado do ativo. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por redução ao valor recuperável incluem: (i) dificuldade financeira relevante do devedor; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria; e (iv) possibilidade provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira.

(f) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não detém instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

2.5 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo é determinado pelo método da média móvel ponderada.

2.6 Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida do resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		
Circulante		
Fornecedores (Nota 9)	794	2.946
Obrigações tributárias (Nota 10)	84	107
Salários e obrigações sociais (Nota 11)	2.669	2.996
Partes relacionadas (Nota 12)	4.840	4.840
Outros passivos	204	5
	8.591	10.894
Não circulante		
Adiantamentos para futuro aumento de capital (Nota 13)	137.048	100.272
Provisão para contingências (Nota 14)	200	410
	137.248	100.682
Total do passivo	145.839	111.576
Patrimônio líquido (passivo a descoberto) (Nota 15)		
Capital social	112.214	112.214
Prejuízos acumulados	(133.309)	(89.264)
	(21.095)	22.950
Total do passivo e do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	124.744	134.526

	Anos	
Móveis e utensílios	10	10
Briquetagem	10	10
Instalações	10	10
Computadores e periféricos	5	5
Outros equipamentos	10	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, essas partes são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação das receitas das alienações com o valor contábil e são reconhecidos no resultado do exercício.

2.7 Diferido

O ativo diferido refere-se às despesas pré-operacionais e aos gastos de reestruturação da Companhia incorridos anteriormente a 31 de dezembro de 2008 e que, conforme facultado pela Lei nº 11.638/07, serão mantidos até o fim do prazo de amortização.

2.8 Redução ao valor recuperável – ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revisados a cada data de apresentação das demonstrações financeiras para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC").

2.9 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.10 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada como resultado de um evento passado; é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

2.11 Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto e quando consignados ao final do exercício, são reconhecidos como passivo.

2.12 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia.

2.13 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, que são reconhecidas no resultado, por meio do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos, reconhecidos no resultado, por meio do método de juros efetivos.

2.14 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do tributo devido. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas na data das demonstrações financeiras. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

2.15 Resultado por ação

Para fins de atendimento à legislação societária, a Companhia apresenta o resultado por ação calculado pela divisão do resultado do exercício pela quantidade de ações em circulação existentes na data das demonstrações financeiras.

2.16 Ajuste a valor presente O cálculo do valor presente é efetuado para cada transação com base numa taxa de juros que reflète o prazo, a moeda e o risco de uma transação. A Companhia não registrou o ajuste a valor presente sobre ativos e passivos financeiros em virtude de não ter efeitos relevantes nas demonstrações financeiras.

2.17 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

Não há novos pronunciamentos ou interpretações do CPCs/IFRS vigendo a partir de 2012 que poderia ter impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia.

3 Uso de estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das demonstrações financeiras intermediárias requer que a Administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem, entre outros, o valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas continuamente e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

4 Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa totaliza em 31 de dezembro de 2013 R\$ 201 (R\$ 1.031 em 31 de dezembro de 2012) e refere-se a saldo em caixa e depósitos junto a instituições financeiras de primeira linha.

5 Estoques

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Matéria-prima	1.979	930
Produtos intermediários	407	2.639
Produto acabado	715	5.208
Provisão de ajuste ao valor realizável líquido (i)	(185)	(3.748)
	2.916	5.029

Os estoques referem-se a materiais a serem utilizados na operação da usina e são registrados ao custo médio de aquisição, não excedendo ao valor de realização. (i) Refere-se à provisão para realização dos estoques de matérias-primas, produtos intermediários e de produto acabado. No estágio atual da operação a Companhia os custos de produção têm sido significativamente superiores aos que se espera que sejam incorridos após a finalização da

	2013	2012
Receita (Nota 16)	2.274	483
Custo dos produtos vendidos (Nota 17)	(8.345)	(4.037)
Prejuízo bruto	(6.071)	(3.554)
Despesas		
Gerais e administrativas (Nota 17)	(38.646)	(48.121)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	518	(179)
Prejuízo antes do resultado financeiro	(44.199)	(51.854)
Despesas financeiras	(23)	(59)
Receitas financeiras	16	3
Variações cambiais líquidas	161	–
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	154	(56)
Prejuízo do exercício	(44.045)	(51.910)
Ações em circulação ao final do exercício (em milhares)	112.214	112.214
Prejuízo por ação do capital social – em R\$ por ação	(0,393)	(0,463)